

# Urbanidade, Urbanidades no Rural e Multidimensionalidade do Espaço: Tecendo algumas Reflexões sobre as Relações Urbano-Rurais

## Urbanity, Urbanities in the Rural and the Multidimensionality of Space: Reflections on Urban-Rural Relations

João Rua<sup>i</sup>

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, Brasil

Bernardo Cerqueira Agueda<sup>ii</sup>

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, Brasil

Joana Cruz de Simoni<sup>iii</sup>

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, Brasil

**Resumo:** A reflexão aqui desenvolvida tem como fio condutor os conceitos, noções e ideias de urbanidade, urbanidades, urbanidades no rural, sociedade urbana e planetarização do urbano. Propõe-se uma (re)apresentação das urbanidades no rural enquanto elementos constitutivos do espaço, agrupadas em algumas das múltiplas dimensões que o compõem – serão destacadas as dimensões físico-natural, simbólico-cultural, socioeconômica e técnica, embora muitas outras possam ser adicionadas.

**Palavras-chave:** Urbanidade; Urbanidades no Rural; Dimensões do Espaço; Relações Urbano-rurais.

**Abstract:** This paper focuses on concepts, notions and ideas of urbanity, urbanities, urbanities in the rural, urban society and urbanization as a planetary process. A (re)presentation of urbanities in rural areas is proposed as constitutive elements of space, grouped into some of the multiple dimensions that compose it. Physical-natural, symbolic-cultural, socioeconomic and technical dimensions are highlighted, although many other dimensions could be added.

<sup>i</sup> Professor Adjunto do Departamento de Geografia. joaorua@uol.com.br. orcid.org/0000-0002-3907-8759

<sup>ii</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia. bernardoagueda@gmail.com. orcid.org/0000-0003-2844-5979

<sup>iii</sup> Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia. joana.simoni@gmail.com. orcid.org/0000-0001-5824-1147

**Keywords:** Urbanity; Urbanities in the Rural; Space Dimensions; Urban-rural Relations.

## Introdução

O propósito deste trabalho é (re)apresentar as urbanidades no rural enquanto elementos constitutivos do espaço (compreendido por nós como espaço-tempo), agrupadas em algumas das múltiplas dimensões que o compõem. Tais urbanidades serão percebidas como manifestações materiais e imateriais com caráter transformador em áreas rurais, sem que, com isso, seja identificada tal forma-conteúdo como urbana. Nesse sentido, estabelecemos como encadeamento da reflexão aqui realizada um caminho que pode nos levar da urbanização no rural à planetarização do urbano.

Em Rua (2002), apontou-se para a noção de urbanização no rural em contraposição à ideia de urbanização do rural, muito frequente na época. Ao se escrever sobre urbanização no rural já se pretendia compreender o espaço como uma série de interações entre cidade-campo e urbano-rural. Procurava-se com essa perspectiva enunciar a presença de elementos antes apenas reconhecidos nas cidades e associados ao urbano, agora difundidos pelas áreas rurais. Logo se percebeu que a noção de urbanização no rural continha em si uma generalização a qual apontava para uma homogeneização do fenômeno “urbanização”, o que não correspondia àquilo que se ambicionava explicitar: a diversidade que marcava as cidades e o urbano e a que já se apresentava no campo e no rural.

Mostrou-se necessário dar destaque a essa diversidade de elementos componentes do espaço que cada vez mais se assemelhavam em sua respectiva relevância nas transformações espaciais. As indústrias, os serviços, os meios de comunicação, a infraestrutura, cada vez mais tornavam-se elementos constitutivos do espaço como um todo. Buscando contemplar essa diversidade interna à cidade, procurou-se uma perspectiva analítica centrada na ideia de urbanidades, pretendendo, assim, abarcar a diversidade de situações percebidas no rótulo “urbanização”, no qual a enorme heterogeneidade da cidade, em seus múltiplos aspectos, não era capturada.

Urbanidades (sempre no plural) procurava ressaltar tal diversidade interna à cidade. Ao mesmo tempo, pretendia sintetizar as fortes vinculações entre a industrialização e a urbanização explicitadas nos estilhaços da implosão-explosão da cidade como nos aponta Léfèbvre (1986). Ao se escrever “estilhaços” procura-se apontar para a “explosão” de urbanidades atiradas desigualmente sobre todo o espaço – mais adensadas numas partes e mais tenuemente presentes em outras.

Essas urbanidades no rural constituem-se, efetivamente, na expansão da lógica do capitalismo apoiado na industrialização e na racionalidade da urbanização, a qual vai se desenvolvendo durante um longo processo histórico que, de início, revoluciona apenas a cidade e, a partir de meados do século XIX, expande-se nos países europeus, e, ao longo do século XX, pelo restante do planeta. É necessário lembrar que essa difusão da aludida lógica capitalista, além de se dar desigualmente no tempo e no espaço, formando espaço-temporalidades distintas em sua intensidade e em sua natureza, permite pensar em uma espécie de “volta do capitalismo sobre si mesmo” na cidade e no campo. Instalam-se “ondas” de renovação, refuncionalização ou modernização, conforme o no-

me que se utilize, as quais são apenas a expressão dos distintos momentos de produção e reprodução do espaço (urbano + rural) pelo capitalismo.

Essa ideia procura elucidar momentos particulares dos estilhaços atirados sobre o campo agora compreendido como um rural cada vez mais complexo, no qual, por exemplo, a renda obtida a partir da agricultura torna-se reduzida frente àquela oriunda de atividades não agrícolas. Quando miramos o agronegócio, por sua vez, encontramos frente a uma difícil definição: onde termina o agrícola e começa a indústria e os serviços? Aí se exemplifica, portanto, uma outra problemática: onde acaba o rural e começa o urbano? Ao se falar de produção familiar, produção camponesa ou pequena agricultura (conforme a intenção do pesquisador, na valorização de aspectos políticos, sociais ou econômicos) também aí aquelas duas problemáticas estarão presentes: agricultura e renda familiar, urbano e rural evidenciarão uma mesclagem ou hibridização (urbano + rural) as quais vão caracterizar o espaço contemporâneo. Essa mesclagem/hibridex parece ser apreendida pela expressão “urbanidades no rural”. Urbano e rural interconectam-se cada vez mais, e as urbanidades e ruralidades deixam de ser exclusivas daquelas áreas que, inicialmente, pareciam por elas definidas.

Alguns autores chegam mesmo a apontar a proposta “de uma noção inteira, não dicotômica, que permita perceber o urbano no campo e o rural na cidade” (ALENCAR; MOREIRA, 2005, p. 297). Com essa perspectiva nos alinhamos, destacando, entretanto, as assimetrias entre a polaridade urbano-rural que ainda preponderam nos dias atuais. Ou seja, o urbano como expressão do capitalismo em seus distintos momentos prepondera sobre todo o espaço, levando-nos a destacar essa escala geral de produção e reprodução do espaço como uma escala geral a qual parece constituir-se num movimento de superação daquilo que muitos chamam de sociedade urbana – apontando para uma urbanização planetária ou planetarização do urbano<sup>1</sup> (como preferimos) posta como devir, no qual se realizará plenamente o urbano revolucionário, como nos elucidou Léfèbvre (1989; 1999). Entretanto, os estilhaços – urbanidades no rural – se manifestam na escala local, onde se realizam as interações multiescalares (escala geral + escala local) e onde se percebem movimentos de sujeição, sedução e cooptação executados pelos sujeitos produtores e reprodutores do espaço (Estado, empresários, camponeses etc.) atravessados pelas questões de raça, gênero e classes sociais. Nessa escala local se percebe também as resistências (abertas ou silenciosas) efetuadas pelos “resíduos” (LÉFÈBVRE, 1971, p. 265) e expressando-se em “originalidades irredutíveis”.

As urbanidades no rural constituem-se em materialidades e imaterialidades conforme já visto em Rua (2017). Expressam contradições, conflitos e tensões característicos da sociedade urbana e, simultaneamente, representam a preocupação com as problemáticas espaciais do momento atual e apontam para um ir além (*avenir, devenir, devir*), compondo assim um caminho para a planetarização do urbano, a qual tem como condição primeira uma consideração do espaço como totalidade. Esse caminho leva a um urbano revolucionário no qual se superarão aquelas contradições e onde vigora a justiça social e a plena democracia.

Nesse sentido, concordamos com Merrifield (2018, p. 2) quando escreve que o momento atual do capitalismo se define menos por um modelo de produção industrial ou agrícola e mais pela produção do espaço – a geografia planetária produz-se como uma

mercadoria, como um ativo financeiro, usando e abusando de pessoas e lugares como estratégias para acumular capital. O autor também destaca que esse processo simplesmente envolve todos, não importa onde, de modo que a sociedade urbana hoje equivale à produção progressiva de unidades espaciais cada vez mais fragmentadas – traçando, portanto, um diálogo com a ideia lefebvrea de planetarização do urbano, já aqui citada.

Em nosso ponto de vista, algumas dessas fragmentações (estilhaços) correspondem ao que tem sido denominado urbanidades no rural, ideia sobre a qual teceremos algumas considerações a seguir, partindo de uma discussão acerca na própria noção de urbano e urbanidade. Na seção seguinte, buscar-se-á apontar para uma visão integradora das urbanidades no rural enquanto constitutivas de um espaço-totalidade, destrinchando e discutindo as suas manifestações multidimensionais.

### **Da Urbanidade às Urbanidades no Rural: uma Perspectiva Analítica**

Ao pensar em urbanidades no rural como manifestações da multiplicidade multiescalar e multidimensional do espaço, referimo-nos às particularidades que estarão presentes nas áreas consideradas rurais, embora, como vimos, não exclusivas delas. Para se pensar nessa construção acima apontada, parece-nos necessário, inicialmente, apresentar a urbanidade como conceito-chave para a produção do espaço concebido como totalidade.

A urbanidade tem se constituído num dos destacados componentes das representações que vêm sustentando dicotomias e hierarquizações entre cidade-campo e urbano-rural nos últimos dois séculos. Tais representações se alicerçam (e reforçam) em intrincadas relações assimétricas de poder entre os sujeitos sociais produtores dessas formas-conteúdo.

Talvez uma das características mais notáveis dos estudos urbanos seja a própria falta de consenso sobre a definição de urbanidade, ainda extremamente dispersa entre distintas correntes teórico-metodológicas. Mesmo em meio à imprecisão e falta de sistematização referente ao conceito, encontramos em sua gênese uma espécie de universalidade, seja como um termo que definiria qualquer cidade ou um modo único de viver nas cidades (capaz de capturar a condição urbana, em oposição ao campo ou ao não urbano); seja vinculado ao pressuposto de uma história universal, uma perspectiva teleológica que atribui estágios em uma linha evolucionista de desenvolvimento (e onde a urbanidade reuniria os atributos de uma fase superior a partir da modernidade ocidental).

De forma habitual, a palavra urbanidade denota civilidade, civilizado, ou seja, enquanto característica do que se diz ser urbano (em oposição ao não urbano, rural), representaria comportamentos de afabilidade e respeito, costumes que seriam próprios da cidade. Seriam hábitos, condutas e formalidades, sempre imbuídos de uma conotação positiva, proeminente ou até transcendente com relação a outras práticas e tradições.

O simbolismo desta urbanidade concebida enquanto juízo de valor ou parâmetro de diferenciação, com códigos de comportamento socialmente desejáveis, é destacado por inúmeros autores, em diferentes épocas. Karl Marx, em *A ideologia alemã*, aponta que a oposição entre cidade e campo “[...] surge como a passagem da barbárie para a civi-

lização, da organização tribal para o Estado, do provincialismo para a nação, e persiste através de toda a história da civilização até nossos dias” (MARX; ENGELS, 2008, p. 55).

Roberto José Moreira também recupera essa tensão no cerne da significação histórica do desenvolvimento, analisando o gradativo deslocamento do centro de poder do campo para a cidade e da agricultura para a indústria. As distintas fases do processo de construção da hegemonia burguesa sem dúvida estiveram atreladas ao prisma da oposição cidade-campo, que estabelece representações, ideias e condutas socialmente aceitas – implícitas, por sua vez, nos comportamentos individuais –, que evoluiriam com o tempo. Segundo o autor:

A burguesia industrial e urbana projetou visões de rural, de campo e de agrícola. Na modernidade o rural foi apresentado na cultura e na política pelas oposições cidade-campo, tradicional-moderno, incivilizado-civilizado, não tecnificado. O rural-agrícola da modernidade – construído no caldo cultural, político e econômico das revoluções científica, burguesa e industrial – foi concebido como sujeito dos domínios da natureza e da tradição. Constituiu-se como um rural a ser transformado, seja pelos processos civilizatórios burgueses, seja pelos processos de modernizações, dentre os quais os de tecnificação e os da lógica e racionalidade dos mercados (MOREIRA, 2003, p. 115).

Fracassando em desvincular-se de uma concepção etapista e economicista do desenvolvimento, a maior parte das obras clássicas da filosofia política do agrarianismo também se pautou na impossibilidade de agregar o campesinato frente a uma visão social regida por duas classes: os donos dos meios de produção e os expropriados dos mesmos. Se, para essa visão hegemônica, a urbanização era o fim inevitável para um espaço rural fadado à dissolução frente à expansão das relações capitalistas de produção, a urbanidade aparecia como meta, imaginário desejável, representação hegemônica do progresso. Só a experiência da vida coletiva que toma forma na cidade que seria capaz de estruturar verdadeiramente a experiência do mundo. Assim, a urbanidade passava a representar não apenas a cortesia, mas o potencial revolucionário, colocando a vitalidade urbana em oposição ao rural visto como estagnado, inativo, imobilizado.

Observa-se então que a urbanidade é um constructo burguês, o qual a par de cidadão e cidadania, constitui-se em uma das bases de difusão/expansão da matriz euro-norte americana “moderno/capitalista/colonial/patriarcal”, conforme Grosfoguel (2008) nos aponta. Mas quem se constituía em cidadão e podia exprimir sua urbanidade nas cidades da modernidade ocidental difundidas pelo mundo? Seria esse urbano revolucionário a manifestação de uma urbanidade homogênea ou expressaria distintos projetos revolucionários quando se relaciona a urbanidade às classes sociais e, com isso, à heterogeneidade interna às cidades? Evidencia-se assim não apenas a acentuação das clivagens entre cidade e campo, mas uma certa imposição de uma representação burguesa de urbanidade, negando outras urbanidades possíveis.

Contraditoriamente, o que é retratado como a “civilidade do convívio” mostrava-se muito mais como negação do rural e do diferente, da não coexistência com o Outro, na cidade ou fora dela. Torna-se inequívoco aqui o sentido político da urbanidade, confe-

rindo ao campo as imagens do arcaico, da decadência, da privação e do retardamento, seguindo uma definição prévia de uma norma para a maturidade da civilização. Características de um urbano calcado na comparação com o seu oposto, inscrito na “falta do Outro” e arquitetado pela dialética de internalização/isolamento da diferença.

Neste momento, parece-nos necessário reforçar algumas reflexões críticas já apon-tadas. Uma delas advém do fato de que a condição de “ser urbano” é definida a partir da necessidade de um polo de oposição, um Outro (presente-ausente) no espaço. A evolu-ção e o progresso do desenvolvimento urbano são autolegitimados em comparação ao “resto”, ao “inurbano” ou “outro-que-não-urbano” (CLOKE, 2006), que aparece na figura de um rural concebido como involuído e primitivo, e, portanto, paralisado no tempo. Assim, concebido como “atrasado” em sua evolução, em relação ao urbano, tem sua influência sobre este tida apenas como “sobrevivência tradicional” (QUEIROZ, 1978, p. 265), enquanto a expansão de elementos urbanos no campo passa a ser instintiva-mente considerada como um benefício para este, uma vez que tais elementos aparecem como inovações próprias de uma evolução histórica, de caráter sempre positivo.

Tal perspectiva, que entende a distinção entre cidade e campo como um reflexo do desenvolvimento histórico, poderia ser associada ao que Doreen Massey (2004, p. 15) chamou de “conceber as diferenciações no espaço em termos temporais”. Em outras palavras, as diferenças geográficas entre urbano e rural, relativas à divisão social do tra-balho e aos conteúdos sociais diferenciados dos espaços, são concebidas em termos de sequência histórica. “A implicação disso é que lugares não são genuinamente diferentes; [...] suas ‘diferenças’ consistem apenas no lugar que eles ocupam na fila da história” (MASSEY, 2004, p. 15).

A compreensão do espaço como totalidade aberta nos impõe o desafio de transcen-der uma relação puramente baseada na oposição (representação do desenvolvido em oposição ao não desenvolvido, como etapas pré-determinadas de uma sucessão inevitá-vel do desenvolvimento) para chegar a novas relações urbano-rurais atreladas àquilo que Harvey (2004) denominou desenvolvimentos geográficos desiguais. Essas novas relações subentendem a mesclagem/hibridização assimétrica de urbanidades e ruralidades e nos fornecem caminhos para a melhor compreensão da produção do espaço na chamada “fase de refusão da relação cidade-campo” (MOREIRA, 2005, p. 2). Se podemos afirmar que são cada vez mais evidentes as transformações nas estratégias de mercadificação e espoliação – em virtude das necessidades de realização dos excedentes e de novas fronteiras para o capital sobre acumulado –, devemos destacar, do mesmo modo, que as representações, os hábitos, as identidades e conteúdos sociais no urbano e no rural tam-bém se ressignificam, portanto, não podem mais ser definidos puramente com ênfase em contraposições binárias e na homogeneização de cada um dos dois “polos”. O rural não fica imune ao desenvolvimento das forças produtivas e, tampouco, das representações e signos urbano-metropolitanos.

Ancorada no prisma da oposição, a tentativa de definição de urbanidade por um suposto comportamento virtuoso, próprio de um conjunto de transformações atreladas à modernidade, projeta uma falsa dicotomia, que separa cidade e campo pela dinâmica de falta/adensamento de certos elementos e características culturais, econômicas, demo-gráficas, políticas. Na terminologia hegeliana, a produção de uma estrutura do sensorial

pautada pelos vazios e negatividades, pela “falta no Outro”<sup>2</sup>. Tal relação (entre urbano e rural) fundamenta o âmbito fenomenológico da urbanidade, em um processo histórico que projetaria a cidade como mediação de uma experiência particular do mundo e do outro, configurando distintos arranjos espaciais da vida coletiva (NETTO, 2013). Nas palavras de Netto (2013, p. 241), a urbanidade expressa “a cidade como estrutura espaço-temporal da experiência humana, um caleidoscópio de movimentos e atos em convergências e sincronias parciais de encontros nos canais e lugares de atividades”.

Mais do que uma experiência ou comportamento mediado pela cidade, a perspectiva das urbanidades no rural permite apreender o espaço como totalidade – uma totalidade integrada por manifestações de uma racionalidade urbana, que produz “emaranhados de ação e interação” (NETTO, 2013, p. 235). Enquanto dimensões dessa totalidade, ou formas-conteúdo distintas, porém integradas, rural e urbano, como já vimos, se misturam (embaralham) e, nesse movimento são produzidas espaço-temporalidades novas, “[...] com o campo se perdendo no seio da cidade, com a cidade absorvendo o campo e perdendo-se nele [...]” (LÉFÈBVRE, 2011 [2001], p. 75). Assim, seguindo o pensamento desse autor, falamos de um espaço não apenas material e de um urbano que se descola da cidade, esta enquanto materialidade, base prático-sensível.

Para além disso, a associação de urbanidade a espaços acolhedores ou, conforme define Aguiar (2012, p. 61), o “[...] modo como espaços da cidade acolhem as pessoas”, nos parece contraditória. Segundo o autor: “Espaços com urbanidade são espaços hospitaleiros. O oposto são os espaços inóspitos ou, se quisermos, de baixa urbanidade” (p. 61). Esta última significação remete à separação de espacialidades, criando, de imediato, uma oposição entre o urbano e o “desurbano”.

Com essas formulações não concordamos neste trabalho, já que percebemos, como vem sendo apresentado, que a racionalidade urbana abrange todo o espaço, mesmo que desigualmente e em escalas diversas. As urbanidades no rural trazem consigo a crise do urbano, ou seja, o urbano enquanto experiência fragmentada, parcializada ou, como preferimos, em estilhaços. Assim, a referida tendência ao “desurbano” teria na própria reprodução do urbano o seu fundamento, sobressaindo no seio do próprio processo a contradição entre a expansão do urbano e a negação dessa urbanidade/urbano. Pois, em acordo com Léfèbvre (1986, p. 159), “o urbano não designa a cidade e a vida na cidade [...]. Ao contrário: ele nasce com a explosão [*l'éclatement*] da cidade, com os problemas e a deterioração da vida urbana”.

Nessa perspectiva do urbano para além da cidade, podemos recorrer a Sobarzo (2013, p. 55), quando escreve que “a superação da divisão entre cidade e campo não deve ser confundida com a visão – um tanto apocalíptica – do desaparecimento do campo e das atividades agrícolas e da urbanização (no sentido estrito) total do planeta”. Em meio a essa mistura contraditória, indissociável das relações sociais de produção, urbano e rural permanecem com conteúdos sociais diferenciados e, como adverte Léfèbvre (2011 [2001], p. 75), enquanto a oposição campo-cidade se atenua, “a oposição ‘urbanidade-ruralidade’ se acentua em lugar de desaparecer”.

Portanto, tentando nos posicionar neste acidentado terreno de luta conceitual, acreditamos que não se trata simplesmente de uma relação de dependência, determinação ou “mão única”, como nos adverte Sobarzo (2013, p. 56), com o espaço rural em vias de

extinção pela urbanização. Rural e urbano não são apenas polos opostos de um mesmo *continuum*, cuja relação mútua apareceria determinada pelo urbano e caminharía em direção a este. Precisamos atentar que os sujeitos sociais no espaço rural, em função de suas demandas, também produzem transformações capazes de reverberar no urbano, sem que isso se traduza, por outro lado, em relações simétricas.

Em nosso ponto de vista, trata-se da generalização de uma racionalidade urbana, expressa em manifestações materiais e imateriais, que integra de forma assimétrica o espaço. Falamos, em outras palavras, da reprodução de relações de dominação, vital para a coordenação do “espaço abstrato pulverizado do capital” (KIPFER e GOONEWARDENA, 2013), algo que se aproxima da formulação lefebvrea a respeito da “colonização da vida cotidiana” (LÉFÈBVRE, 2011 [2001]) – também trazida de maneira análoga pelo pensamento habermasiano como “colonização do mundo-da-vida”.

Aqui podemos resgatar a tríade apresentada no início deste trabalho (sujeição, cooperação, sedução), como elementos instrumentais da colonização, retomando assim a relação com a racionalidade urbana. Nas palavras de Andy Merrifield, a natureza imanente do urbano é indissociável desse “complexo tecido ontológico”, um tecido que agora indiscutivelmente reveste (ou coloniza) nossas vidas diárias (MERRIFIELD, 2013, p. 913). Trata-se de uma colonização profunda que, como nos sugere Giraldo (2018, p. 114), se estende às estruturas de desejo, às emoções e aos sentimentos, gerando um *habitus* e, em nosso ponto de vista, dando maior densidade àquela racionalidade.

Portanto, como foi destacado em Agueda (2019), mais do que um rural urbanizado, constrói-se algo novo, um espaço híbrido, múltiplo, mas profundamente reconfigurado pela intrusão de elementos urbanos (urbanidades). A relação urbano-rural, assim, definitivamente não se manifesta de forma equilibrada ou simétrica, mas evidencia um jogo desigual de escalas de ação, onde a ênfase no rural não pode ser exagerada (RUA, 2017).

Daí apreendemos que a “valorização do rural” e o enaltecimento das ruralidades – ainda que de maneira simulada ou idealizada – podem expressar nada mais do que sua mercadificação e, portanto, na perspectiva lefebvrea, uma expressão da colonização por uma lógica ou racionalidade urbana, logo, uma manifestação de urbanidades.

Assim, sintetizando nossas reflexões a respeito da relação cidade-urbano/urbanidade-urbanidades, concordamos com Brenner (2018), quando nos aponta que, ao invés de apenas generalizar a cidade como forma espacial universal, a planetarização do urbano intensifica de forma desigual a interdependência, a diferenciação e hierarquização entre os lugares, “embaçando” as fronteiras espaciais em diferentes localidades em todo o planeta. A intensificação e expansão mundial do capitalismo, nesse contexto, produzem um “terreno vasto e intensamente variado de condições urbanizadas” (BRENNER, 2018, p. 246), com formas de urbanização concentradas e extensivas.

Nessa perspectiva, também concordamos com Merrifield (2013) quando diz que o ponto real é que a urbanização está aumentando seu alcance em todos os lugares; o urbano é desfigurado, sem forma e aparentemente sem limites, dividido com novas condições e tensões que tornam difícil dizer onde residem as fronteiras e o que está dentro e o que está fora. Aí retomamos a reflexão do início deste texto sobre a urbanização *no* rural (estilhaços de urbanidades) em oposição à urbanização *do* rural (conversão do campo em cidade), o que acarreta na resignificação da própria ideia de urbanidade. Esta, para

nós, não constitui *um* modo de viver nas cidades, mas diferentes experiências e modos de vivenciar os espaços urbanos e rurais, como se verá na seção seguinte deste trabalho, ao evidenciar algumas das múltiplas dimensões em que essas relações se expressam.

## Dimensões do Espaço e Urbanidades no Rural: uma Visão Integradora

Como foi visto anteriormente, as urbanidades são constituídas por materialidades e imaterialidades, as quais se integram nas múltiplas dimensões do espaço. Torna-se relevante ressaltar que essas dimensões só aparecem separadas como recurso analítico e expositivo, já que estão sempre integradas. Ao se tomar cada uma das dimensões apontadas ou os elementos que as constituem (estes também podendo estar incluídos em mais de uma dimensão), procura-se, apenas, um ponto inicial (nuclear) para tal reflexão.

Foram selecionadas a dimensão físico-natural, a simbólico-cultural, a socioeconômica e a técnica, as quais serão desdobradas em alguns elementos constitutivos do espaço e que serão percebidas como manifestações do movimento permanente de reprodução desse espaço, em interação com o tempo e mediadas pelo cotidiano vivido. A Figura 1 sintetiza essa proposta.



Figura 1 – Representação esquemática das interações entre as múltiplas dimensões do espaço.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Não se trata de tipos de urbanidades à maneira de Kratfa (2012), mas de dimensões das urbanidades integradas à multidimensionalidade do espaço. São dimensões desdobradas em elementos constituindo-se em manifestações de urbanidades em áreas consideradas como rurais. Aí se mesclam as ruralidades e disso resultam novas espaço-temporalidades fruto dessa hibridez. São espacialidades que expressam a assimetria das relações de poder entre o urbano e o rural numa sociedade comandada pela lógica capitalista desigualizadora na sua essência. Essa mescla representará as singularidades e

as particularidades das leituras efetuadas pelos sujeitos locais dessa escala mais ampla que rege a espacialidade contemporânea.

Tais singularidades e particularidades constituirão a problemática “real” a qual orientará a escolha dos elementos constitutivos do espaço, agrupados nas dimensões que apontamos neste trabalho. Essas quatro dimensões expressam apenas parte da infinita multidimensionalidade do espaço, portanto não pretendemos que sejam dimensões permanentes ou únicas.

Da mesma maneira, as urbanidades no rural agrupadas nessas dimensões constituem apenas momentos daquele real que se apresenta como empiria/aparência que nos propõe a problemática da pesquisa. Após essa “porta” aberta para a investigação será estabelecido um permanente diálogo teoria-empíria, com a intenção de se buscar a essência (mesmo que em parte) desse real problematizado. Queremos dizer que as urbanidades no rural constituem-se em elementos do espaço integrados a uma problemática percebida em cada lugar rural, multiescalarmente analisado.

As quatro dimensões que apontamos nesse momento estão integradas a problemáticas por nós pesquisadas na Região Serrana Fluminense, conforme se vê em Rua (2017), Agueda (2019) e Simoni (2019; 2020), entre outros. De maneira sucinta, quando se realça a dimensão físico-natural busca-se dar enfoque em elementos relacionados ao sítio no qual a localidade está construída ou onde as atividades rurais são realizadas (aspectos físico-naturais, aspectos geomorfológicos e climáticos – carreamento de solos, movimentos gravitacionais de massa, enchentes etc.). Ao ressaltar a dimensão simbólico-cultural questões como memória coletiva, valorização da tradição, existência (ou não) de um localismo “conservador”, convivência com o turismo rural e o veraneio, relação com a natureza, as percepções ecológico-ambientais e diferentes relações com os territórios da vida (populações indígenas, quilombolas, camponeses etc.) são iluminadas.

Ao dar destaque à dimensão socioeconômica, busca-se ressaltar temas como a dominação capitalista do espaço, conflitos entre o valor de uso e o valor de troca, renda territorial e preço da terra, importância da propriedade da terra (privada, pública ou comunitária), renda gerada pelo turismo, criação de novos empregos, presença de indústrias (ligadas ou não à produção agrícola), assistencialismo oficial e de ONGs, consumo e consumismo, associativismo, participação política e movimentos reivindicatórios.

Já a dimensão técnica nos permite colocar o foco sobre os seguintes aspectos: adoção de novas tecnologias, inclusive de informação, presença de produtos agrícolas diferenciados, formas de comercialização que integram o lugar a redes mais amplas de raiz metropolitana e internacional, saneamento básico e coleta de lixo, existência de supermercados, estudos sobre a poluição da água e do lençol freático, cuidados no uso de agrotóxicos.

Importante reforçar que não se trata de “variáveis aplicáveis” as quais serviriam como indicadores universais adequados a qualquer situação. Não se pretende também colocá-las como elementos de técnicas quantitativas ou quali-quantitativas, as quais dificultariam em muito a apreensão das materialidades e imaterialidades do “real” como integrantes de cada elemento/componente/manifestação das transformações espaciais que se operam tanto em áreas percebidas como urbanas quanto naquelas percebidas como rurais. Pensamos que tais manifestações, ao serem integradas simultaneamente a

cada uma das múltiplas dimensões (não apenas as quatro aqui destacadas) entrecruzam-se na escala de cada dimensão, com manifestações de outras dimensões e com outras dimensões constituindo-se em totalidade de totalidades (subtotalidades) que não cessam de se desdobrar e se apresentar como um caleidoscópio (multiescalar) em permanente mutação – tal qual busca representar o esquema acima. Assim, se apresenta a complexidade do espaço como totalidade (urbano + rural) e em escalas mais locais podendo ser representadas por vezes em uma das manifestações, mas nunca a elas restritas.

Nesse sentido, pergunta-se: de que serve tal reflexão se apenas desconstrói o edifício “seguro” do espaço abstrato/absoluto delimitado e identificado por elementos que o distinguem de outros espaços (abstratos/absolutos), num permanente jogo de justaposições e comparações que raramente conseguem ultrapassar a aparência dos fenômenos estudados? Não se nega a necessidade de os órgãos oficiais recortarem o espaço em delimitações jurídico-político-administrativas ou regiões de governo com a finalidade de agrupar dados estatísticos e subsidiar políticas públicas. Sim, parece muito difícil fugir ao ordenamento espacial de cunho estatal. Sabemos também que os fenômenos que estudamos não respeitam tais constrangimentos. Por vezes, ao ficarmos contidos por tais recortes perdemos as bases da própria pesquisa que se pretende elaborar. A abordagem apoiada nas urbanidades no rural pretende ultrapassar esse “jogo seguro” ao problematizar a totalidade espaço em seu significado efetivo e, simultaneamente, trabalhar com a multiplicidade produzida pelos sujeitos sociais em um jogo de infinitas possibilidades, no qual as permanências, as rupturas, as resistências, as identidades, possam não apenas ser reconhecidas, mas serem instrumentos de políticas espaciais, fruto da ação desses sujeitos na condição de suas próprias histórias.

Segundo Santos (1985), ao se pensar em elementos do espaço costuma-se enunciar as pessoas, as firmas, as instituições e o que tradicionalmente se denominou “quadro natural”. Este último, por nós denominado de dimensão físico-natural, é alimentado pelas permanentes interações entre a estrutura geológica, o clima, a rede hidrográfica, o relevo, a cobertura vegetal, os solos dos sítios nos quais se localizam as habitações, as empresas (de comercialização e industriais) e as outras atividades produtivas. Tais interações vão constituir-se no que destacaremos aqui como bases naturais para a existência humana, geralmente estudadas pelo subcampo da chamada Geografia Física. Mas parece haver uma permanente incorporação desse subcampo da ciência pela chamada Geografia Humana. Em nossa perspectiva analítica essa incorporação significa que aqueles elementos do espaço relacionados ao primeiro subcampo formarão um sistema de objetos (o relevo, os rios, solos...) apropriados pelas firmas, pelas instituições, pelos sujeitos sociais, em sua multiplicidade. Procura-se, assim, fazer uma análise do espaço como totalidade em movimento, desdobrável em infinitas subtotalidades (dimensões), das quais tomamos alguns elementos para compor uma abordagem centrada naquilo que se convencionou chamar de Geografia Humana, entretanto alcançando aqueles elementos geralmente associados ao “quadro natural”.

Para nós, a totalidade-espaço conduz a uma geografia integral (humana + física), na qual o sistema de objetos naturais e artificiais tornar-se-ão coconstitutivos. Isso pode ser percebido quando se observa o sítio de um aglomerado de habitações num interflúvio, num fundo de vale; ou numa encosta, onde se localizam as atividades agropastoris; ou

no sítio onde se mantém a presença de formações vegetais. Nesses sítios se encontrarão solos distintos, lençóis freáticos com profundidade variável, mananciais, riachos, rios, os quais irão compor a base para as ações e intencionalidades das firmas, das instituições, dos sujeitos sociais, conforme já apontado acima. Nessas interações entre os objetos naturais, os objetos artificiais, as ações e as intencionalidades, situa-se o interesse de analisar esta primeira dimensão do espaço, na qual se agrupam, sempre provisoriamente, elementos que pavimentarão a nossa análise, mas com a convicção de que serão arrumações provisórias, como vimos.

Ao observar uma plantação de café numa encosta soalheira devemos considerar o relevo de encosta, a insolação, os tipos de solo, a drenagem. Mas em que esta observação nos conduzirá à ideia de que ali se materializam algumas urbanidades no rural? As técnicas de cultivo, as espécies cultivadas, os objetivos da produção, o sistema de apropriação da terra (propriedade privada, estatal, pública, comum), a vinculação com o mercado consumidor, os modismos da cidade (por exemplo, os cafés *gourmet*) passam a estabelecer relações que, simultaneamente, demonstram a interação direta urbano-rural (onde termina a racionalidade urbana, neste exemplo?) e as assimetrias de poder impressas nessas interações. Quem é o proprietário? Quem define a produção? Quem coordena as relações de trabalho? Percebe-se, aqui, a inter-relação entre as dimensões técnica e socioeconômica apontadas na representação esquemática acima, na qual se destacam a adoção de novas tecnologias, a relação com a rede de comercialização e consumo urbano, metropolitano e mundial. A multiescalaridade dessas relações evidencia a necessidade de sempre se pensar o lugar (território da vida) integrado às cadeias globais.

Essas são algumas das questões que terão de ser superpostas àquelas que se explicitem nos riscos de voçorocamento, de lixiviação do solo ou de desabamentos. A ideia de riscos parece-nos interessante como um primeiro desdobramento efetuado a partir do conceito de sítio. Essa perspectiva analítica pode partir dos chamados riscos ambientais (ou seriam sociais?) concebidos como problemas colocados à permanência de pessoas em determinadas localidades (territórios da vida) ou das atividades por elas organizadas. A proposta de reflexão parte então da problemática ambiental (socioambiental?), permite alcançar os processos referentes ao sistema natural e retornar ao foco fundamental do nosso interesse: as questões derivadas das distintas maneiras dos sujeitos sociais (em suas ações e intencionalidades) lidarem com aquilo que parece ser apenas uma base natural para a existência da sociedade.

Nesse ponto é necessário complexificar a reflexão. Existe essa materialidade, como algo inerente ao que se denominou base material? Parece necessário incorporar a percepção das imaterialidades a essa "base material", o que nos conduz para outra maneira de refletir sobre os sítios nos quais se estabeleceram a plantação de café, o povoado rural, a reserva florestal, as pastagens. Falar de imaterialidades nessa perspectiva é acrescentar ao sentido geomorfológico outros sentidos, relacionados a crenças, interdições e à própria privatização da terra (elementos/manifestações das dimensões simbólico-cultural e socioeconômica). Talvez esta última se constitua na mais expressiva imaterialidade para o conjunto acima aludido. Como essas imaterialidades se apresentariam se a plantação de café se estabelecesse numa terra de uso comum e de propriedade comunitária? Que

rituais conduziriam o calendário agrícola? Que tipos de relações de trabalho estariam aí presentes nesse comunitarismo?

Esses questionamentos nos orientam para as tensões percebidas entre as concepções de natureza oriundas da tradição rural e incorporadas num rótulo genericamente chamado de ruralidades. Uma concepção de natureza que parta dessa tradição vai cortar signos, símbolos e racionalidades que conduzem à vida cotidiana (territórios da vida) das pessoas que habitam as chamadas áreas rurais. O trato da terra e dos cultivos, a importância das fases da lua, o ritmo do trabalho ditado pelo movimento aparente do sol, as maneiras como se manejam as formações vegetais, o plantio de cultivos em várzeas de rios na estação seca etc. Tudo isso constituirá um conjunto de referências que vem conduzindo a vida.

Aqui se percebe, claramente, o entrecruzamento entre a dimensão físico-natural e a simbólico-cultural, na qual a tradição, a memória coletiva, as diferentes percepções ambientais interconectam-se com os aspectos ecológicos. Podemos, também, observar as especificidades dos territórios da vida nas diversas maneiras de organização social espacializada, na vinculação com o mercado e, até mesmo, com turistas e veranistas, os quais alteram, significativamente, os territórios da vida antes aludidos.

Outro aspecto que pode ser lembrado nesse momento são as próprias relações entre os moradores de localidades rurais (concentrados em vilarejos ou dispersos) e deles com a própria “terra”, como nos indica Giraldo (2018), ao se referir às relações entre os habitantes de um lugar, seus corpos e os afetos que os envolvem. Escreve esse autor que os processos de valorização do capital baseiam-se, em primeiro lugar, em uma ruptura que separa uma determinada relação afetiva que une os agricultores, bem como entre eles e a terra, para posteriormente reorganizar seus comportamentos, emoções, desejos e sentimentos no imaginário metafísico de produção e consumo (GIRALDO, 2018, p. 103).

Uma vida “tradicional” contendo uma visão “tradicional” de natureza é, cada vez mais, tensionada por outras racionalidades técnicas, econômicas, sociais, políticas, as quais, de maneira desigual e desigualizadora, em todas as escalas da vida espacializada, vão transformando aquelas maneiras “tradicionalistas” de viver. As relações de trabalho, as técnicas de cultivo, a organização política vão sendo ressignificadas, ao mesmo tempo em que também a concepção de natureza será ressignificada. Um bom exemplo que simboliza bem esse conjunto de tensões é a superação do tempo do sol (marcador tradicional do ritmo da vida) e o tempo do relógio, por vezes o cronômetro, tal a precisão que se imprime ao ritmo industrial e urbano da cotidianidade.

A visão dos técnicos (agrônomos, extensionistas, assistentes sociais) vai levar às populações “tradicionalistas” uma percepção científica da natureza. Essa percepção difunde-se carregada de cientificidade contrapondo-se aos conhecimentos que vêm vigorando por longo tempo. Tal cientificidade facilmente incorpora (e é incorporada) pelo produtivismo e utilitarismo, verdadeiras bases logísticas da expansão das relações capitalistas nas áreas rurais.

A tensão acima referida traduz-se também (apoiada naquelas bases logísticas) numa crescente mercadificação da natureza. Um vale, uma encosta, o relevo, deixam de ser resultado apenas de processos geológico-geomorfológico-climáticos e transformam-se

em produtos vendáveis (por exemplo, servindo de apoio a empreendimentos turísticos e de veraneio, evidenciando, mais uma vez, a multidimensionalidade do espaço). Não se trata apenas da interferência humana sobre os elementos naturais. Se pensarmos no *Grand Canyon*, no *Yellowstone National Park*, nos pontões em forma de canino do litoral fluminense, dos relevos tabulares do sul do Maranhão, não estaremos nos referindo somente a uma geomorfologia (pura, aplicada, “econômica”), embora seus estudos continuem necessários. Mas onde termina o campo da “ciência pura” e começa outra “ciência econômica” ou até mesmo outra filosofia e psicologia? Com isso pretende-se demonstrar a necessária contenção das transformações acarretadas pela mercadificação acima referida.

Como vimos, são muitas as “portas” de entrada para as relações sociedade-natureza que tentamos aqui apenas anunciar. Ao abrir a “porta” da mercadificação da natureza e do rural deparamo-nos com outros desdobramentos que constituirão novas veredas nessa reflexão. Podemos retomar o exemplo apresentado no início deste momento do trabalho. Qual a importância da reserva florestal localizada no alto da encosta onde fica o cafezal a que nos referimos? Pode tratar-se de uma reserva oficial, de denominação variada de acordo com a legislação e a localização. Aquela mancha florestal demarcada e protegida não se constituirá apenas em um acumulador de umidade, capaz de alimentar mananciais. Tampouco se constituirá apenas numa fonte de troca de carbono e oxigênio. Muito mais do que esses dados tão estudados pelas ciências biológicas e pela geografia física, tal reserva florestal pode se apresentar também num relevante fator para acumulação de capital, pois estará sujeita a alterações da legislação (vide o Código Florestal Brasileiro), bem como pode tornar-se um ativo financeiro para empreendimentos imobiliários, habitacionais ou turísticos que se localizem em seu entorno. Essa reserva florestal além de se constituir num possível valor agregado e numa possível reserva para especulação futura, como visto acima, pode ainda relacionar-se multiescalarmente ao movimento mundializado denominado por alguns autores de *green grabbing* (açambarcamento e grilagem de áreas verdes), numa inter-relação do meio natural com o setor financeiro e, principalmente nos dias atuais, com os setores políticos suportados pelas organizações mundiais e pelas contradições do diversificado discurso ecológico (ecologia de mercado x ecologia profunda)<sup>3</sup>.

Como deixar de lado os efeitos da crise econômica de 2008, a partir da qual se acentuaram o rentismo, a financeirização, o açambarcamento de terras (“*land grabbing*”) como produtos, práticas e ações cada vez mais presentes no mercado? Constituir-se-iam numa parte do processo de atualização da acumulação primitiva de capital, com seus mecanismos de espoliação e expropriação? Tudo indica que sim. Esse açambarcamento, traduzido muitas vezes em acelerados processos de grilagem de terras e à violência daí decorrente, remete-nos a interações variadas que entrecruzam as dimensões das urbanidades no rural aqui apresentadas.

Sem o intuito de concluir esses entrecruzamentos (tarefa impossível, uma vez que são infinitos e multifacetados), buscamos tecer nessa seção do trabalho algumas considerações acerca da importância da análise multidimensional do espaço quando refletimos sobre as urbanidades no rural.

## Considerações Finais

Neste momento do trabalho, procuramos retomar o fio condutor de nossa reflexão: urbanidade, urbanidades, urbanidades no rural, sociedade urbana e planetarização do urbano. Ao procurar tecer os entrelaçamentos entre esses conceitos, noções e ideias, procuramos apontar para o tecido que pavimenta o caminho das nossas considerações. Trata-se de um tecido no qual os fios estão entrelaçados embora permaneçam visíveis e guardando suas qualidades intrínsecas (cor, durabilidade, textura).

Buscamos com isso construir um caminho que nos permita ultrapassar as contradições, as desigualdades e os conflitos que marcam a sociedade urbana atual e alcançarmos um outro urbano. Nesse sentido, necessita-se de início ultrapassar a relação cidade-urbano, como demonstramos em alguns momentos deste trabalho. Parece necessário retomar essa concepção de urbano completamente descolada das formas que a urbanização física oferece e pensarmos num urbano encaminhando para aquilo que Harvey (2004) denominou de espaços de esperança, nos quais se construiriam outras possibilidades políticas em uma variedade de escalas espaço-temporais – um devir que supere os dilemas e paradoxos da atual sociedade urbana. É nessa sociedade urbana que localizamos as urbanidades no rural, expressões daquelas contradições, as quais portam aspectos positivos e negativos que compõem relações assimétricas entre o urbano e o rural, pulverizadas no espaço como um todo.

A urbanidade constituir-se-á em verdadeiro “coração” da reflexão, conceito-chave na definição de um conjunto de representações relacionando modernidade ocidental, cidadania, direitos humanos e direitos civis, modos de vida portadores de uma ideologia burguesa apoiada no privatismo, no consumismo, no utilitarismo e no industrialismo. Tal conjunto de representações obscurece a privação, as diversas formas de alienação, o ritmo industrial na escala da vida (humana, não humana, planetária). Percebe-se, assim, a necessidade de se pensar em urbanidades como uma resignificação da urbanidade; pois esta é vivida, produzida e projetada por múltiplos sujeitos sociais.

Daí surgiu a necessidade de, ao buscar tal resignificação, termos realizado uma verdadeira desconstrução do conceito urbanidade. É nessa desconstrução que se apoia a ideia de variadas projeções de um urbano plural e multiescalar. Ele é apresentado como um processo geral, embora multifacetado, em escala planetária; nas localidades onde se manifestam as territorialidades da vida, se processará um movimento de interações variadas – atravessadas pelas relações de classe, gênero, de vivência das corporeidades e de conflitos raciais. Todas essas interações manifestam-se como mesclagem, hibridez e, simultaneamente, contraposições e retroações (criações rurais contribuindo, também, para a produção de espaço-temporalidades urbanas) entre os múltiplos “urbanos” e “rurais”.

As urbanidades no rural realizariam essa necessidade de compreensão do espaço-totalidade multiescalar e multidimensional (dimensão físico-natural, simbólico-cultural, socioeconômica, técnica e muitas outras), no qual urbanidades e ruralidades participariam, mesmo que assimetricamente, dessa nova tecelagem.

## Referências Bibliográficas

AGUEDA, B. *Relações urbano-rurais e desenvolvimentos geográficos desiguais: transformações espaciais nas localidades de Vargem Grande (Teresópolis – RJ) e Barracão dos Mendes (Nova Friburgo – RJ)*. 2019, 264f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia e Meio Ambiente. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

AGUIAR, D. Urbanidade e qualidade da cidade. In: AGUIAR, D.; NETTO, V. (Orgs.). *Urbanidades*, p. 61-79. Rio de Janeiro: Folio Digital, Letra e Imagem, 2012.

ALENCAR, C. M. M.; MOREIRA, R. Campo e cidade metropolitanos: uma noção inteira para pensar o desenvolvimento humano contemporâneo. In: MOREIRA, R. (Org.). *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*, p. 295-316. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

BAKKER, K. The limits of “neoliberal natures”: debating green neoliberalism. *Progress in Human Geography*, v. 34, n. 6, p. 50-75, 2010.

BRENNER, N. *Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrôpoles, 2018.

CLOKE, P. Conceptualizing rurality. In: CLOKE, P.; MARSDEN, T.; MOONEY, P. H. *Handbook of Rural Studies*. Califórnia: Sage Publications, 2006.

GIRALDO, O. F. *Ecología política de la agricultura: agroecología y posdesarrollo*. San Cristóbal de Las Casas: El Colegio de la Frontera Sur, 2018.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115-147, 2008.

HARVEY, D. *Espaços de esperança*. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

KIPFER, S.; GOONEWARDENA, K. Urban marxism and the post-colonial question: Henri Lefebvre and “colonization”. *Historical Materialism*, v. 21, issue 2, p. 01-41, 2013.

KRAFTA, R. Impressões digitais da urbanidade. In: AGUIAR, D.; NETTO, V. (Orgs.). *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital, Letra e Imagem, 2012.

LÉFÈBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2011 [2001].

\_\_\_\_\_. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. Quand la ville se perd dans une métamorphose planétaire. *Le Monde Diplomatique*. 1989. Disponível em: <https://www.mondediplomatique.fr/1989/05/LEFEBVRE/41710>. Acesso em: 13 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. L'urbain. In: *Le retour de la dialectique: douze mots clefs pour le monde moderne*. Paris: Messidor/Éditions Sociales, p. 159-173. Tradução de Margarida Maria de Andrade, 1986.

\_\_\_\_\_. *O fim da história*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MASSEY, D. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. *GEOgraphia*. v. 6, n. 12, p. 7-23, 2004.

MERRIFIELD, A. The Urban question under planetary urbanization. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 37, p. 909–922, 2013.

\_\_\_\_\_. Planetary urbanisation: une affaire de perception. *Urban Geography*, v. 39:10, p. 1603-1607, 2018.

MOREIRA, R. J. Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade. *Estudos, sociedade e agricultura*. CPDA-UFRRJ, n. 20, p. 113-143, 2003.

MOREIRA, R. Campo e cidade no Brasil contemporâneo. Conferência no Simpósio: *Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização*. São Paulo, 2005.

NETTO, V. M. *A urbanidade como devir do urbano*, v. 39, n. 118, p. 233-263, 2013.

QUEIROZ, M. I. P. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil* (ensaios). Rio de Janeiro/São Paulo: Livros Técnicos Científicos/ Edusp, 1978.

RUA, J. Urbanidades e Novas Ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: Algumas Considerações Teóricas. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. (Orgs.). *Estudos de Geografia fluminense*. Rio de Janeiro: Infobook, p. 27-42, 2002.

\_\_\_\_\_. No estado do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (Orgs.). *O Espaço e a metropolização: cotidiano e ação*. Rio de Janeiro: Consequência, p. 443-486, 2017.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SIMONI, J.C. *Múltiplas escalas de transformação nas relações urbano-rurais: o espaço rural friburguense e suas urbanidades impulsionadas pelas técnicas de informação e comunicação*. 2019. 226f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia e Meio Ambiente. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

\_\_\_\_\_. Urbanidades, ruralidades, metropolitanidades e globalidades no rural: uma análise a partir de localidades rurais de Nova Friburgo – RJ. *GeoPUC*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25 (Dossiê Encontro de Egressos da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio), p.90-103, 2020. Disponível em: <http://geopuc.geo.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=207&post%5Fdata=user%3Dnil%26UserActiveTemplate%3Dnil%26sid%3D35&sid=35>. Acesso em: 13 jan. 2021.

SOBARZO, O. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Orgs.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*, p. 53-64. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Recebido em: 01/02/2021      Aceito em: 04/03/2021

---

<sup>1</sup> As expressões “urbanização planetária” e “planetarização do urbano” são apresentadas por Léfèbvre (1989, dentre outras obras). Preferimos adotar a última, por, em nosso ponto de vista, conter a perspectiva de um processo que ainda deverá ser completado – o urbano como uma virtualidade e uma racionalidade e não como algo já alcançado.

<sup>2</sup> A definição pautada nas negatividades e na “falta no Outro” foi apresentada, por exemplo, em Agueda (2019), quando analisamos tal dinâmica a partir de alguns dos principais Decretos-lei e definições formais que amparam os critérios político-administrativos de identificação de áreas urbanas e rurais, sobretudo no Brasil. A demarcação do rural por exclusão da área urbana é expressa no Decreto-lei nº 311/1938, na Lei nº 5.172/1966 e em outras alterações legislativas mais recentes, as quais ampliaram em muito os perímetros urbanos. Assim, o rural permanece sendo considerado como aquilo que não é urbano.

<sup>3</sup> A esse movimento mundial explicitado nas políticas encetadas por alguns governos vem sendo dado o nome de Green Neoliberalism (BAKKER, 2010).